POTENCIALIDADES E LIMITES DO TURISMO RURAL EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

Potentialities and limits of rural tourism in Laranjeiras do Sul - PR

Potencialidades y límites del turismo rural en Laranjeiras do Sul – PR

DOI: 10.48075/89fz3b10

Silvana da Costa
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/Laranjeiras do Sul

Janete Stoffel
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/Laranjeiras do Sul

Maude Regina Borba
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/Laranjeiras do Sul

POTENCIALIDADES E LIMITES DO TURISMO RURAL EM LARANJEIRAS DO SUL - PR

Potentialities and limits of rural tourism in Laranjeiras do Sul - PR

Potencialidades y límites del turismo rural en Laranjeiras do Sul – PR

Silvana da Costa[1]
Janete Stoffel[2]
Maude Regina Borba[3]

Resumo: Este estudo objetivou identificar o potencial para o turismo rural no município de Laranjeiras do Sul - Paraná, apontando fortalezas e fragilidades existentes quanto ao desenvolvimento do setor. Foi realizada uma investigação qualitativa, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com oito atores-chave, sendo estes representantes de instituições públicas e organizações privadas. As principais potencialidades apontadas são relativas às belezas naturais, tais como cachoeiras, morros e trilhas, além das relacionadas à diversidade cultural, como é o caso da gastronomia. Quanto às limitações, foram apontadas a falta de visão dos proprietários sobre a possibilidade de ofertar serviços turísticos como um nicho de mercado, assim como a falta de iniciativas institucionais municipais em prol da atividade. Concluiu-se que o turismo rural em Laranjeiras do Sul está sendo pouco explorado, apesar de possuir potencial. Para o seu desenvolvimento, é necessário que ocorram articulações envolvendo as diferentes instâncias ligadas ao tema, com suportes institucionais como da gestão pública municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Alternativa de Renda. Agricultura Familiar.

Abstract: *This study aimed to identify the potential for rural tourism in the municipality of Laranjeiras do Sul - Paraná, pointing out strengths and weaknesses regarding the development of the sector. A qualitative investigation was carried out, applying semi-structured interviews with eight key actors, who were representatives of public institutions and private organizations. The main potentialities identified are related to natural beauties, such as waterfalls, hills and trails, in addition to those related to cultural diversity, such as gastronomy. As for the limitations, the lack of vision of the owners regarding the possibility of offering tourism services as a market niche was highlighted, as well as the lack of municipal institutional initiatives in support of the activity. It was concluded that rural tourism in Laranjeiras do Sul is still underexplored, despite its potential. For its development, it is necessary to establish articulations involving the different entities linked to the theme, supported by institutional measures such as municipal public management.*

Keywords: *Development. Sustainability. Alternative Income. Family Farming*

Resumen: *Este estudio tuvo como objetivo identificar el potencial para el turismo rural en el municipio de Laranjeiras do Sul - Paraná, señalando fortalezas y debilidades existentes en cuanto al desarrollo del sector. Se realizó una investigación cualitativa, con la aplicación de entrevistas semiestructuradas a ocho actores clave, representantes de instituciones públicas y organizaciones privadas. Las principales potencialidades destacadas están relacionadas con las bellezas naturales, como cascadas, cerros y senderos, además de aquellas vinculadas con la diversidad cultural, como la gastronomía. En cuanto a las limitaciones, se destacó la falta de visión de los propietarios respecto a la posibilidad de ofrecer servicios turísticos como un nicho de mercado, así como la falta de*

[1] Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS/LS). Paraná/Brasil. E-mail: silvana.costa@uffs.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-9581-0765.
[2] Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Docente do PPGADR/UFFS/LS/Paraná/Brasil. E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0689-0414.
[3] Doutora em Aquicultura (UNESP). Docente do PPGADR/UFFS/LS/Paraná/Brasil. E-mail: maude.borba@uffs.edu.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6019-4391.

iniciativas institucionales municipales en favor de la actividad. Se concluyó que el turismo rural en Laranjeiras do Sul está siendo poco explorado, a pesar de tener potencial. Para su desarrollo es necesario que se establezcan articulaciones involucrando las diferentes instancias relacionadas con el tema, con apoyo institucional como el de la gestión pública municipal.

Palabras clave: *Desarrollo. Sostenibilidad. Ingresos alternativos. Agricultura familiar.*

INTRODUÇÃO

O turismo tem como definição o "movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, sendo as atividades criadas para satisfazer as necessidades dos turistas" (OMT, 2001, p. 38). Nesta perspectiva, o setor torna-se uma atividade multiplicadora da economia pois envolve um conjunto de prestadores de serviços relacionados aos transportes, alojamento, alimentação, comércio, espetáculos e marketing (Ignarra, 2003).

De acordo com a OMT (2001), a atividade turística segmenta-se em dois fluxos principais: o emissivo e o receptivo. O primeiro concentra a análise no ponto de origem, referindo-se aos residentes que se deslocam para fora de sua localidade habitual. Já o segundo adota a perspectiva do destino, focando no acolhimento de visitantes oriundos de outras regiões ou países. Nesse contexto, o segmento receptivo abrange a oferta turística, composta pelo conjunto de infraestrutura, bens, serviços e atrativos estruturados para atender às expectativas dos consumidores. Essa estrutura engloba recursos que a localidade anfitriã disponibiliza aos viajantes presentes em seu território, consolidando o produto turístico local.

Inserido no fluxo receptivo está o turismo rural, o qual é definido como "o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade" (Brasil, 2003, p. 11). Essa atividade vem crescendo em todo o mundo, desde a metade do século XX (OMT, 2015), sendo apontada como uma alternativa de diversificação econômica, com uso de práticas sustentáveis de lazer nas propriedades e espaços rurais. Esse tipo de turismo tem como enfoque atividades que buscam valorizar, através do convívio entre visitantes e indivíduos locais, as tarefas agropecuárias e o patrimônio cultural e natural do espaço (Ministério do Turismo, 2010).

O turismo rural se tornou uma oportunidade de trabalho para famílias em comunidades rurais, oferecendo fonte adicional de renda (Fucks, 2005). Isto ocorre a partir de maior número de pessoas que buscam o campo, motivadas pela crescente valorização do ambiente rural como espaço de moradia, descanso, lazer, reabilitação da saúde, contato com a natureza e vivências culturais. Áreas rurais, antes vistas apenas como locais destinados à agricultura ou pecuária, passaram a incorporar aspectos que contribuem para o aumento da renda familiar, no que Schneider (2009) define como pluriatividade. Assim, as atividades de turismo rural podem desempenhar papel significativo na promoção de melhorias no bem-estar e na qualidade de vida das famílias e comunidades que o praticam, contribuindo para o desenvolvimento rural (Fucks, 2005).

Para Tomporoski (2016) o segmento do turismo pode funcionar independentemente das grandes corporações multinacionais e de nações estrangeiras. Ademais, sua implantação é viável em regiões com menor grau de desenvolvimento, podendo ocorrer de maneira complementar a outras iniciativas voltadas à promoção do progresso econômico e social. É neste contexto e com base na importância que o turismo rural pode desempenhar para a geração de trabalho e renda que esta pesquisa objetivou identificar as potencialidades e os limites existentes em Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, em relação ao desenvolvimento desta atividade na perspectiva receptiva.

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No meio rural ocorreram mudanças nos últimos tempos que provocaram interesse por parte dos moradores da área urbana em relação à vida no campo, trazendo ressignificado para este espaço. Esse fato é identificado pelos moradores da zona rural e visto como uma oportunidade econômica no campo (Cândido, 1975; Brandemburg, 2010).

O turismo rural configura-se como uma modalidade estratégica para a revitalização do campo, sendo importante na geração de renda e postos de trabalho (Brasil, 2003). De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), essa atividade fundamenta-se em experiências conectadas a produtos da natureza, práticas agrícolas, modos de vida tradicionais, pesca e visitas a sítios de interesse (Contreras, Riquelme e Sepúlveda, 2023). Tais destinos são tipicamente marcados por baixa densidade demográfica e pela manutenção de costumes ancestrais, com destaque para a persistência da agricultura e da silvicultura (Contreras, Benítez e Aguilar-Gómez, 2025).

O fundamento do turismo no espaço agrário reside na valorização dos elementos reais e subjetivos que compõem o patrimônio, a paisagem e a cultura local. Esse reconhecimento simbólico estimula o engajamento das comunidades agrícolas, impulsionando o desenvolvimento da atividade (Tulik, 2010). Nesse sentido, Sánchez-Sánchez e Sánchez-Sánchez (2021) enfatizam que tal modalidade deve pautar-se pelo respeito e preservação ambiental, funcionando como um suporte estratégico para a pluralidade econômica do campo de maneira sustentável a longo prazo. Segundo os autores, a sustentabilidade nesse setor ancora-se em três pilares fundamentais: o ambiental, que busca suprir as demandas contemporâneas sem comprometer os recursos das gerações vindouras; o sociocultural, que prioriza a identidade e os modos de vida da comunidade receptora, evitando a aculturação por modelos externos; e o econômico, focado na geração direta de postos de trabalho e no incremento da renda para a população residente.

A atividade turística requer um desenvolvimento pautado na sustentabilidade e na inclusão social, harmonizando de maneira equânime as dimensões econômica, sociocultural e ambiental. Para assegurar o compromisso e a responsabilidade nesse processo, torna-se indispensável a implementação de políticas baseadas na dinâmica local, no ordenamento territorial e na gestão participativa. Tais diretrizes culminam no crescimento integrado de um setor verdadeiramente sustentável (Atunorpi, 2018).

O turismo sustentável deve aliar a dimensão econômica às dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais das propriedades abertas ao público, possibilitando que as pessoas desenvolvam meios de valorização de suas características e promovam a conservação e preservação de áreas naturais, valores e costumes tradicionais (Ruschmann, 2000).

Para que o planejamento turístico atinja a sustentabilidade real é preciso contemplar a complexidade histórica e social que define as características presentes na região. Sachs (1986) propõe quatro conjecturas que reúnem as ideias principais do desenvolvimento sustentável. A primeira enfoca as finalidades sociais do planejamento (priorizando as necessidades materiais e psicossociais da população local). A segunda busca a valorização da autonomia do processo de desenvolvimento regional pela ação da sociedade civil organizada (por meio de conselhos, por exemplo). A terceira prevê uma relação de simbiose com a natureza (o ser humano é parte da natureza e a natureza é o corpo inorgânico do ser humano). A quarta trata da

eficácia econômica já que, sem viabilidade econômica, não há projeto que consiga se manter e desenvolver.

O turismo admite múltiplas perspectivas de análise, convergindo frequentemente para a dimensão socioeconômica, na qual atua como catalisador do progresso local, territorial e regional (Fagundes, Schmidt e Centurião, 2013). Essa dinâmica desencadeia impactos positivos que transcendem as externalidades, manifestando-se diretamente na geração de renda. Tais benefícios resultam da concentração de atividades e da atração de investimentos, além de promoverem a valorização da cultura e das potencialidades endógenas, englobando tanto os recursos naturais quanto as singularidades da população residente. Se destaca, assim, a necessidade de planejar e trabalhar de forma harmônica e equilibrada, considerando os objetivos econômicos, ecológicos e sociais da comunidade e de seu território, de modo a dar suporte para um desenvolvimento que inclua todos os seus indivíduos (Gonçalves, 2008).

Para o turismo rural se desenvolver não são necessárias áreas que apresentem paisagens com recursos extraordinários (Krahl, 2003). Para o turista é interessante perceber que ele se encontra fora do seu lugar rotineiro, dessa forma, a fauna, flora e topografia do solo trazem as marcas da cultura e das comunidades residentes, tornando estes elementos atrativos pelo simples fato de se caracterizar como ambiente rural. Os estímulos turísticos baseiam-se, sobretudo, na natureza, história e cultura, todavia, são a base ou os coeficientes naturais que originam a composição e organização da maior parte dos destinos turísticos (Cunha, 2008).

Segundo Oliveira (2002), a movimentação para planejar o projeto turístico rural circunda sete fases: inventário, diagnóstico, prognóstico, estudo de mercado, estudo da viabilidade econômica, formatação do produto e plano de marketing. O autor salienta que o empreendedor precisa ser capaz de entender o processo de planejamento para poder listar os recursos e o interesse da demanda, prever materiais, equipamentos e infraestrutura necessários para proporcionar atividades recreativas, internas e externas, adequadas aos diferentes públicos-alvo da atividade.

Nesse contexto, planejar o turismo rural de forma meticulosa e detalhista, analisando o desenvolvimento local, de baixo para cima, construído a partir dos agentes locais, das potencialidades socioeconômicas da comunidade, é a forma apropriada para o desenvolvimento do turismo na aplicação de propostas sustentáveis, pois viabiliza melhores condições para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade (Barros *et al.*, 2008).

Segundo Lima Filho *et al.* (2007), é importante salientar que o turismo rural na agricultura familiar não é a solução para todos os problemas do campo, pois não atinge a todos os agricultores, somente aqueles que possuem uma conduta voltada para a preservação ambiental e a busca de alternativas econômicas para sua continuidade no campo. Mesmo para aqueles que buscam diversificar suas fontes de renda, apostando no turismo rural, como no caso dos agricultores familiares, existem dificuldades que podem estar relacionadas à falta de conhecimento, orientações técnicas e mão de obra, conforme as distintas realidades. Neste contexto uma saída é o envolvimento do poder público assumindo um papel fundamental no apoio, na implementação e no incentivo ao turismo desenvolvido por agricultores familiares. Essa ótica parte da compreensão de que o anseio pelo desenvolvimento no meio rural, na atualidade, requer encarar o campo como um espaço que oferece outras possibilidades para além daquelas relacionadas à produção agropecuária.

O turismo rural pode impulsionar o desenvolvimento nas regiões, em uma perspectiva endógena, desde que as decisões sejam tomadas pela própria

comunidade, o controle dos processos de desenvolvimento seja conduzido por sujeitos sociais locais e os benefícios sejam distribuídos entre as comunidades envolvidas (Pellin, 2006). Evidencia-se, assim, que esta atividade demanda aprofundar os estudos relativos ao Brasil, uma vez que o país conta com um potencial considerável neste setor que, se bem aproveitado, poderá promover a complementaridade entre o turismo rural e as demais atividades agrícolas e não agrícolas, incrementando a renda da população rural (Almeida e Riedl, 2000).

3 – METODOLOGIA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e, em relação aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias contribuem para familiarizar o pesquisador com o assunto, oferecendo subsídios para realização de aprofundamentos relacionados com uma conjuntura particular, pesquisar novos problemas, detectar conceitos ou sugerir afirmações e pressupostos (Sampieri *et al.* 2013). Já o caráter descritivo está relacionado à apresentação dos atributos de determinada população ou fenômeno (Gil, 1994).

Os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos científicos com leituras sobre o tema do desenvolvimento e turismo rural, e a pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas com o objetivo de identificar as potencialidades e os limites existentes no município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, em relação ao desenvolvimento do turismo rural, na perspectiva receptiva.

Na pesquisa de campo, o levantamento de dados primários foi realizado por meio de entrevistas com a utilização de roteiros semiestruturados, os quais foram baseados no estudo de Bathke (2002). As entrevistas foram realizadas com atores-chave, integrantes de órgãos governamentais e não governamentais, que conhecem, deveriam conhecer ou tem relações com o tema do turismo. Além de perguntar sobre as potencialidades e limitações do município em relação ao turismo rural na visão de cada representante, também se questionou sobre ações desenvolvidas por cada instituição em prol do tema, o conceito de cada um sobre turismo rural e se essa atividade contribui para o desenvolvimento local/regional.

O período de realização das entrevistas foi de fevereiro a maio de 2024, sendo entrevistados oito representantes de instituições públicas e privadas que de algum modo se relacionam com as atividades do turismo rural. Para cada instituição foram entrevistados representantes designados na ocasião, sendo a identidade mantida anônima. Os entrevistados representam a) Instituição de extensão rural; b) Secretaria Estadual voltada à produção rural; c) Coordenação Estadual voltada ao turismo rural; d) Secretaria Municipal voltada à produção rural; e) Secretaria municipal voltada ao turismo; f) Administração municipal; g) Associação de municípios; h) Associação empresarial.

Os procedimentos adotados no presente estudo foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 75326523.0.0000.5564, sendo coletadas assinaturas de todos os entrevistados no Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

Em relação aos resultados, foi utilizada a análise de conteúdo para interpretar os dados coletados. Segundo Moraes (1999), esta metodologia é utilizada para descrever e interpretar a natureza e a essência de todo tipo de comunicação. Com base em Bardin (1977) o material desta pesquisa, oriundo de comunicação verbal e

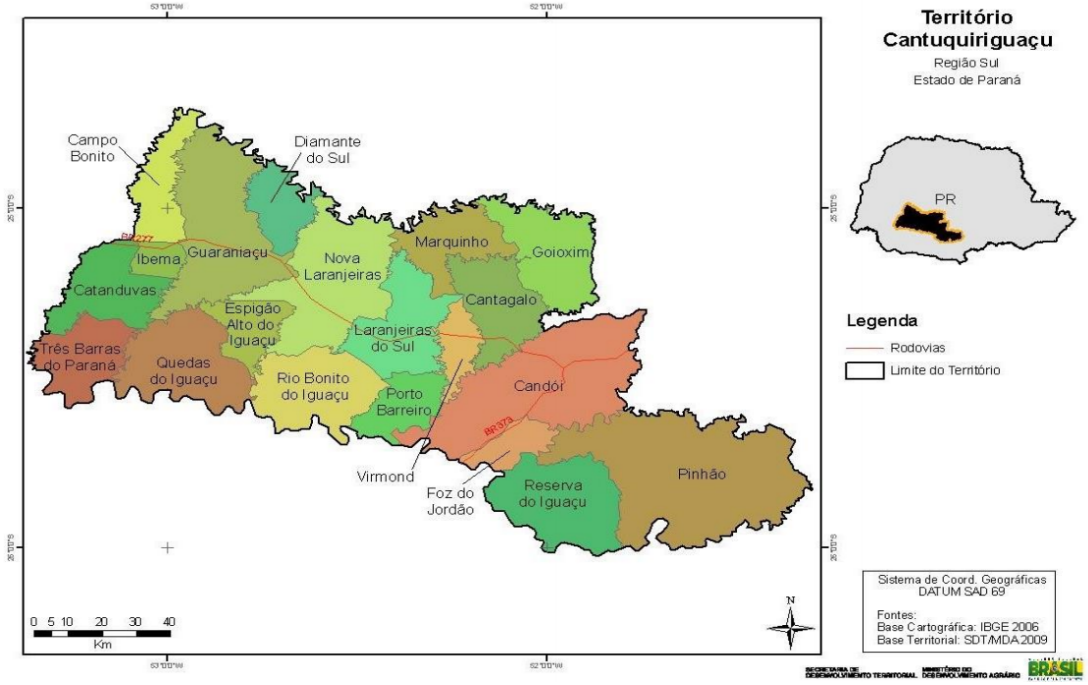
não verbal, foi utilizado para a realização das análises, sendo as entrevistas o principal subsídio. A análise foi realizada sem o uso de softwares, baseando-se na leitura e interpretação direta das respostas pela autora (Quadro 1). As declarações foram categorizadas por semelhança visando retratar a percepção dos participantes sobre as potencialidades e limitações do turismo rural.

O estudo foi realizado em Laranjeiras do Sul, município situado na região central do Paraná. Fundada em 30 de novembro de 1946 e desmembrada de Guarapuava pelo Decreto-Lei estadual nº 533, a localidade recebeu inicialmente a denominação de Iguaçu (Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2024). Entre os anos de 1943 e 1946, o local serviu como capital do Território Federal do Iguaçu — unidade administrativa criada durante o Governo Vargas e posteriormente extinta pela Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 (Ferreira, 2006).

Conforme Priori *et al.* (2012), o Território Federal do Iguaçu, embora tenha existido por um breve período (1943-1946), exemplifica como o passado influencia o presente. Os autores supracitados afirmam que as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná têm uma história marcada por conflitos de fronteira, como a disputa entre Brasil e Argentina na Questão de Palmas, o conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina durante o movimento do Contestado e tentativas de criação do Estado do Iguaçu. Ainda de acordo com estes autores, os eventos mencionados integram a identidade histórica da região e permanecem na memória coletiva dos paranaenses, apesar de serem pouco conhecidos pela população e haver escassa pesquisa sobre o tema.

Localizado na região Centro Sul do Paraná (Figura 1), o município possui na atualidade uma área total de 673,688 km², em uma altitude de 840 metros, com população de 32.227 habitantes, e densidade demográfica de 48,84 habitantes por km². Da população total, 84,3% (27183) vivem na cidade e 15,7% (5.044) no campo (IBGE, 2024).

Figura 1 – Localização de Laranjeiras do Sul no Paraná e Brasil



Fonte: Sit (2020) *apud* Kasper (2021).

Da área original de Laranjeiras do Sul foram emancipados, desde os tempos de capital do Território Iguaçu, doze municípios: Guaraniaçu, Campo Bonito, Diamante

do Sul, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Ibema e Porto Barreiro (Jornal Correio do Povo, 2022).

Na distribuição territorial de Laranjeiras do Sul estão registrados três Projeto de Assentamentos (PA) de reforma agrária: PA 8 de Junho, PA Bugre Morto e PA Passo Liso nos quais há 105 famílias assentadas (INCRA, 2024). Há também no município população indígena, localizada na Comunidade Passo Liso, constituída por 124 pessoas. Os municípios limítrofes são Virmond, Marquinho, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu e Porto Barreiro. O município estudado pertence à Região Intermediária de Cascavel, ficando a uma distância de 130 km deste município, o que é semelhante em relação à Guarapuava e Pato Branco (IPARDES, 2024).

No ano de 2024 o município tinha 6.759 empregados totais com registro em carteira, dos quais a maior parte atuava nos serviços (2.970), seguidos pelo comércio (2.385) e indústria (1.018) (IPARDES, 2026). O valor adicionado fiscal no município em 2024 totalizou R$ 872.030.731,00 dos quais metade foi gerado em comércio e serviços (430.719.299), seguido pela produção primária (R$ 287.192.538) e pela indústria (R$ 153.964.750,00 (IPARDES, 2026).

Na agricultura são produzidas culturas temporárias (amendoim, aveia, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo e triticale) e culturas permanentes (bananeira, laranjeira, videira e silvicultura). A pecuária é praticada em atividades de bovinocultura de leite e de corte, equinos, suínos e galináceos. Além destes, outros itens da produção animal estão presentes, como casulo do bicho da seda, lã, mel de abelha, ovos de codorna, ovos de galinha e peixes de vários tipos (IPARDES, 2024).

A topografia do município apresenta variações de relevo, onde predominam “as classes suave ondulado e fortemente ondulado, representando em torno de 70% da área do território” (CONDETEC, 2009, p.07). Segundo esta referência, o clima classifica-se como subtropical ou mesotérmico, com regime de chuvas bem distribuído durante o ano, sendo o tipo de solo predominante o basalto.

Em relação às atividades turísticas, Ramos (2020) identificou atrações turísticas naturais existentes no local formadas por cachoeiras e formações rochosas. O autor observou que, apesar do potencial de atratividade existente, no ano da pesquisa não havia um sistema de turismo completo e funcional que incentivasse visitas às localidades, evidenciando a necessidade de investimentos e de formação de uma cultura voltada ao turismo de natureza na região. Assim, com base nessas premissas, o presente trabalho foi desenvolvido.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas potencialidades destacadas para o turismo rural no município, esta pesquisa procurou aprofundar o conhecimento sobre o tema iniciando o levantamento de dados primários por meio da realização de entrevistas com representantes de instituições que tivessem algum vínculo com a temática do turismo rural.

Há no município instituições, públicas e privadas, que fazem parte do primeiro setor da sociedade organizada, e que possuem ações voltadas para o meio rural. As entrevistas foram realizadas com representantes de oito organizações (Quadro 1), dentre as quais duas possuem vínculo direto com turismo, enquanto as demais, mesmo tendo vínculo indireto, são ligadas ao desenvolvimento rural.

As entrevistas com os representantes destas instituições foram realizadas de forma presencial no endereço sugerido e combinado previamente com o(a)

entrevistado(a). Participaram desta etapa oito pessoas consideradas atores-chave para a compreensão do estado da arte do turismo rural em Laranjeiras do Sul. Do conjunto de informações coletadas durante as entrevistas, no Quadro 1 é apresentada uma síntese dos resultados, sendo apontadas potencialidades referentes ao turismo rural no município, principalmente no tocante as belezas naturais existentes, como cachoeiras, morros e trilhas. A gastronomia também foi destacada como rica e diversa, devido aos habitantes serem oriundos de várias etnias, como italianos, poloneses, alemães, ucranianos e povos originários.

Quadro 1 – Potencialidades e limites do turismo no município de Laranjeiras do Sul, segundo representantes de instituições pesquisadas.

Instituição	Potencialidades	Limitações
Associação Empresarial	Riquezas naturais, trilhas, morros, voos livres; Apicultura, embutidos, erva mate; Pesque e pague.	Despreparo da cadeia (produtores e gestão); Falta investimento local (seja financeiro, técnico, suporte, infraestrutura); Não há secretaria própria para o setor (sem projetos locais); Despreparo dos munícipes em receber turistas.
Instituição de Extensão rural	Estadia, alimentação, café rural, trilhas, cavalgadas; Caminhada na Natureza; Agroindústria.	Pouca ou nenhuma utilização de linhas de crédito;
Secretaria Estadual voltada à produção rural	Lagos, cachoeiras; Localização (BR 277).	Despertar da população para este nicho; Falta de iniciativa e dedicação nestas atividades.
Secretaria Municipal voltada à produção rural	Natureza; Gastronomia; Agroindústria; Caminhada na Natureza; Artesanato; Museus rurais; Hospedagem; Casamentos rurais.	Falta um setor específico para tratar do turismo rural no município.
Secretaria municipal voltada ao turismo	Espaços turísticos acolhedores; Caminhada na Natureza;	Ausência de um Conselho Municipal de Turismo; Compromisso contínuo com políticas públicas estáveis e previsíveis; Volume de burocracia nos processos;
Administração Municipal	Recursos naturais; Recursos culturais; Questão religiosa; Gastronomia; Caminhada na Natureza.	Falta buscar recursos; Ausência de conselho Municipal do Turismo; Não há Fundo Municipal de Turismo;
Coordenação Estadual voltada ao turismo	Gastronomia (agregar valor ao produto); Caminhada na Natureza;	Olhar mais atento dos gestores para o tema;
Associação de Municípios	Entroncamento da BR 277 com a PR 158; Ferrovia; UFFS; Plano de ação elaborado;	Vazio político; Extensão; Falta de cultura voltada ao turismo; Vaidades, egos que impedem trabalhos conjuntos;

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Dentre as potencialidades, a Caminhada da Natureza[4] foi mencionada repetidas vezes como atividade interessante para o turismo rural. Uma das

[4]As Caminhadas na Natureza são realizadas no Paraná desde 2007 e constituem uma política pública instituída pela Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), em conjunto com o IDR, contando com o apoio da Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social – Anda Brasil.

manifestações neste sentido foi do representante da Administração Municipal, o qual destacou a ocorrência do evento na comunidade do Gramadinho, interior do município, e que além de permitir aos caminhantes conhecer belezas naturais oferece atrações como café e almoço colonial[5]. Segundo Bastarz e Souza (2023), o projeto Caminhadas da Natureza configura-se como uma modalidade de turismo rural com foco no ecoturismo e na aventura. A iniciativa estrutura-se em circuitos organizados por comunidades locais, visando fomentar a comercialização de produtos regionais e a oferta de serviços gastronômicos.

Segundo Costabeber e Caporal (2003), desenvolvimento rural sustentável é a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita consonância com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos. De acordo com estes autores, isso só ocorre depois de mudanças graduais por meio de processos educativos e participativos da população, elaborando estratégias que abarquem as diferentes dimensões com equidade e solidariedade.

Na dimensão econômica, para a representante da Coordenação Estadual voltada ao turismo, esta atividade vai ao encontro do que se almeja no desenvolvimento rural sustentável, sendo uma alternativa de renda e uma atividade moderna e contemporânea que estimula, especialmente, os jovens a permanecerem na propriedade com intenções de suceder os pais. O turismo rural traz uma perspectiva de trabalhar a autoestima, a motivação das pessoas, das famílias, da qualidade de vida, da interação, de repovoar e dar visibilidade para as comunidades. Na compreensão desta entrevistada, o turismo rural contribui para o desenvolvimento rural sustentável, pois abrange as dimensões econômica, social e ambiental, fortalecendo a agricultura familiar e seu entorno.

As atividades de turismo rural, enquanto oportunidades de geração de renda para as famílias, são enfatizadas pelos entrevistados, incluindo a questão da sucessão familiar, inserção e permanência do jovem na propriedade, como relata o representante da Secretaria Municipal voltada à produção rural (2024):

> A geração de renda no meio rural é fundamental para garantir a satisfação das pessoas em suas localidades. Nesse contexto, é importante destacar a relevância das agroindústrias familiares, como as de origem animal (salame, queijo e mel) e vegetal (geleias, mandioca, panificados e demais produtos coloniais), além da produção de artesanatos, como formas de levar dinheiro para o campo. Quando uma propriedade rural possui atividades rentáveis, observa-se maior tendência de sucessão familiar, com os filhos envolvidos nas atividades e permanecendo na propriedade. Como exemplos temos a agroindústria de embutidos, em que os filhos mais velhos trabalham com o pai, e a agroindústria de mandioca, na qual a filha mais velha também participa das atividades. Assim, a geração de renda está diretamente relacionada à qualidade de vida e à realização pessoal dos moradores rurais.

O turismo rural alcança a dimensão ambiental ao ser uma atividade na qual os impactos negativos no ambiente são baixos e passíveis de corrigir/evitar quando ocorrem, segundo a entrevistada da Instituição de Extensão Rural. Ela relata que o turismo rural tem impacto positivo na economia da propriedade e, consequentemente, na localidade e no município, com oferta de produtos e alimentos da agricultura familiar. A atividade proporciona aos frequentadores o contato com a

[5] As refeições são típicas da região, misturando tradições das famílias que vieram da Europa com a cozinha brasileira, como o virado de feijão, além do ovo frito com linguiça.

natureza, com diferentes culturas, incluindo a possibilidade de conhecer como ocorre a produção em uma propriedade rural, além de permitir contato com animais e a natureza. Aspectos que podem contribuir para uma maior consciência sobre a valorização e importância da preservação. Na compreensão da entrevistada desta organização, os proprietários e ofertantes dos serviços turísticos precisam estimular o visitante a adotar práticas que conservem a natureza e protejam as áreas que estão visitando, por exemplo com destinação apropriada para o lixo gerado.

A atividade turística incentiva proprietários a zelarem pela limpeza e preservação de suas terras, visando oferecer uma experiência agradável aos visitantes. Paralelamente, espera-se que o contato direto com a natureza conscientize os turistas sobre a importância de preservar os recursos desfrutados, garantindo sua sustentabilidade. Essa mútua colaboração reforça a ideia de que o desenvolvimento e a preservação ambiental são funções intrínsecas ao turismo rural (Riva e Bertolini, 2017).

A representante da Coordenação Estadual voltada ao turismo destaca que os impactos negativos da geração de resíduos podem ser mitigados por meio da organização de pequenos grupos e do uso prioritário de insumos locais, reduzindo o volume de descartes. Além da eficiência operacional, o turismo rural promove um benefício ambiental intrínseco: ao aproximar adultos e crianças do ecossistema natural, a atividade fomenta o engajamento com a conservação e a educação ambiental (PNRS, 2010). A entrevistada destacou, ainda, a preocupação com o volume e a potabilidade do abastecimento nas propriedades de turismo rural. Dado que o fluxo de visitantes eleva o consumo hídrico, torna-se essencial proteger nascentes e cursos d'água com mata ciliar em toda a sua extensão. Tal medida é crucial para prevenir tanto a contaminação quanto a escassez do suprimento.

Parra, Silva e Chehade (2006) apontam que o turismo no espaço rural contempla a proteção do ecossistema como um diferencial do negócio. Essa atividade permite o desenvolvimento de práticas sustentáveis que valorizam os moradores locais e salvaguardam recursos históricos e ambientais, unindo os setores público e privado em prol do crescimento econômico regional.

A dimensão social foi destacada pelos entrevistados, iniciando pelas palavras da representante da Coordenação Estadual voltada ao turismo (2024):

> O turismo rural faz com que pessoas com pensamentos diferentes visitem as propriedades e interajam, conversem, convivam com os proprietários. Uma outra contrapartida do turista é que ele valoriza, elogia as coisas que gosta, o que mexe com a autoestima das famílias que o recebem. A interação, as trocas dos turistas com a famílias é um dos principais pontos positivos que eu vejo do turismo rural, ampliando a autoestima dos produtores que ofertam o turismo. Este ganho não é possível computar financeiramente, mas gera resultados positivos na saúde e qualidade de vida das pessoas.

A questão da autoestima dos proprietários e o protagonismo dos agricultores foi trazida por outros entrevistados, tais como a menção feita pela representante da Secretaria Municipal voltada à produção rural, segundo a qual a partir de uma comunidade rural foi organizada uma associação de pequenos e médios produtores rurais. Por meio desta organização associativa os produtores conseguiram captar recursos estaduais, a fundo perdido, com o programa Coopera Paraná[6], sendo este no

[6]Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná (Coopera Paraná) é uma ação governamental com o objetivo de fortalecer as organizações cooperativas como instrumentos para melhorar a competitividade e a renda dos agricultores familiares (Paraná, 2023).

valor de R$ 226.029,00 para construção de barracão que servirá de Restaurante e sede social (Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2024).

Outro programa que foi mencionado pelos entrevistados foi o Dinheiro Direto na Comunidade, criado pela lei 025/2017, que à época da pesquisa, beneficiava entidades sem fins lucrativos do município por meio de aplicação de recursos financeiros de forma direta nas associações que atendam seus critérios. Ao receber o montante solicitado, os próprios moradores auxiliados por agentes do programa realizavam a compra dos materiais solicitados com posterior prestação de contas. Após a entrega de cada etapa, as entidades ficavam aptas para receberem um novo auxílio (Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2024).

A organização coletiva no turismo rural promove benefícios que vão desde a segurança alimentar e o acesso a bens básicos, até o bem-estar geral dos envolvidos. Conforme apontado pelo representante da Secretaria Municipal voltada à produção rural, e referendado por Mello e Dias (2008), esses elementos compõem a sustentabilidade social da atividade. O que é complementado por Gomes (2004) segundo o qual o modelo coletivo favorece uma distribuição mais justa de oportunidades entre os membros da organização. Este tipo de organização tem várias funções importantes, incluindo a redução de custos, a eficiência do esforço coletivo, o aumento do rendimento do grupo, a redução do esforço individual, a divisão do trabalho e das operações, a promoção da integração do grupo e o estímulo à interdependência entre os membros da organização (Barros, 1994).

É fundamental ressaltar que as iniciativas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável exigem a articulação entre os órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal. É essencial que essas ações gerem resultados concretos diante do crescimento demográfico e de seus reflexos na sustentabilidade nacional. Quando os gestores públicos reconhecem seu papel no planejamento, implementação, execução e monitoramento das políticas relacionadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável, o meio rural passa a contribuir com a sustentabilidade urbana e vice-versa. Em um cenário global marcado pela escassez crescente de recursos naturais e pelo aumento contínuo da população, alcançar o equilíbrio com qualidade de vida sustentável depende diretamente de uma gestão eficiente dos recursos públicos (Ferreira *et al*, 2016).

Em relação às limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul (Quadro 1), a entrevistada da Instituição de Extensão Rural apontou a dificuldade de os proprietários vislumbrarem no turismo rural uma oportunidade para novas experiências. Segundo ela, é preciso que se queira abrir a propriedade aos turistas, apresentando atividades que caracterizam a agricultura, mostrar seu modo de vida rural, patrimônio cultural e natural, além de oferecer produtos e serviços de qualidade aos visitantes. Ao citar como exemplos o café rural, as trilhas e cavalgadas, entende haver diversas oportunidades para organizar a propriedade de forma atrativa para oferecer atividades de turismo e receber visitantes. Mas, em sua opinião, falta esta disposição para produtores rurais no município.

Outra limitação foi apontada pelo entrevistado da Secretaria Estadual voltada à produção rural, segundo o qual "no município há locais a serem explorados (como lagos e cachoeiras). A dificuldade maior está nas pessoas quererem encabeçar, se dedicar e implementar atividades de turismo". Em sua opinião, há oportunidades que não estão sendo aproveitadas, mas há necessidade de que a assistência técnica promova esta motivação e implementação do turismo rural. Esta posição é compartilhada por outros entrevistados, os quais concordam que dificilmente a

iniciativa partirá dos próprios agricultores, sendo necessário haver instituições que promovam o estímulo e o despertar para a atividade.

O desenvolvimento estruturado do turismo rural decorre da articulação entre diferentes atores nas esferas municipal, regional, estadual e federal. Essa união de esforços e o comprometimento com objetivos comuns permitem viabilizar assistência técnica, orientação e infraestrutura de transporte e comunicação. Segundo as diretrizes de Brasil (2003), tais recursos são essenciais para orientar, acompanhar e garantir a continuidade das atividades do setor.

A representante da Secretaria Municipal voltada ao turismo corroborou a visão sobre as limitações locais. Segundo seu relato, os produtores rurais ainda não vislumbram o potencial de conversão de suas propriedades para o acolhimento turístico, cenário acentuado pela ausência de políticas públicas municipais direcionadas a esse setor. Segundo ela, falta:

> Compromisso contínuo com políticas públicas estáveis e previsíveis, que gerem confiança para os interessados e incentivem o investimento local, crucial para o crescimento do setor. Interesse de pessoas que tem suas terras e querer investir na infraestrutura, desburocratizar processos em suas potencialidades turística, segurança que o seu investimento vai ter retorno (Entrevistada da Secretaria Municipal voltada ao turismo, 2024).

Sobre a ausência ou descontinuidade das políticas públicas, Lacay (2012) afirma que é comum os gestores públicos atuarem de forma fragmentada, sem preparo para trabalhar em conjunto, de forma agregada. Há necessidade de que as políticas sejam planejadas, implementadas e que não sejam apenas ligadas ao governo que é transitório, devendo ser de Estado para terem continuidade.

Alinhado aos entrevistados anteriores, o representante da Associação Empresarial acredita que é necessário maior preparo da população e dos agentes públicos para a execução de políticas públicas municipais para o turismo em especial no rural. A atuação do SEBRAE foi mencionada por este entrevistado como parceiro em potencial na assistência técnica, planejamento e execução das atividades. Em suas palavras:

> A cadeia (produtores, gestão) não está preparada para receber turistas. Hoje não tem investimento local (seja financeiro, técnico, suporte e infraestrutura). Em um passado não muito remoto (10 anos) houve iniciativa, mas não teve continuidade. Não há secretaria própria, sem projetos locais, não estão sabendo aproveitar os recursos do Estado. Há um despreparo da população do município para receber turistas, sem conhecimento dos pontos turísticos e da história local e regional (Entrevistado da Associação Empresarial, 2024).

Outra limitação destacada foi a falta de interação institucional em prol da atividade, sendo mencionado que não há uma inter-relação entre as instituições locais visando atuação conjunta para planejar e executar ações para o desenvolvimento do turismo rural. Sobre este aspecto, a entrevistada da Secretaria Municipal voltada ao turismo explicitou que “uma estratégia focada e o envolvimento de entidades setoriais, mercadológicas atuando no interesse do desenvolvimento turístico são pontos fracos do município em relação ao turismo rural”.

A falta de interação institucional foi perceptível durante a realização das entrevistas, havendo dificuldades entre os representantes das instituições que remetem a divergências políticas que atrapalham o diálogo. Mas também foi possível constatar a existência de sinergias, uma vez que todos os entrevistados, os quais

representam instituições locais, consideram o turismo rural como atividade com potencialidades para ser desenvolvida, sendo necessário estimular, apoiar e acompanhar o desenvolvimento das atividades.

Essa dificuldade de interação institucional, decorrente de divergências políticas também pode acontecer entre os munícipes e o poder público, a qual foi constatada em um estudo sobre capacidades estatais para políticas de turismo realizado por Miranda Júnior e Silva (2023). Os autores evidenciam que os conflitos políticos e o modelo de comunicação direta atuam como obstáculos para o segmento da população associado a grupos políticos adversários, que acabam se afastando ou tendo suas críticas invalidadas. Isso ressalta a importância da criação de um espaço institucionalizado de participação, como os conselhos, que devem operar enquanto mecanismos aptos a reduzir os impactos negativos das tensões políticas.

As manifestações permitem constatar a falta de ação pública que possa atuar de forma a sensibilizar quanto às possibilidades do turismo rural, a motivar os estudos para avaliar viabilidade, no planejamento de atividades a serem implementadas e no acompanhamento para que os resultados se tornem positivos. Neste processo, como defende Brandão (2007), é preciso construir e/ou fortalecer um sistema de confiança e de consenso em torno da proposta de desenvolvimento desejada, como poderia ser o caso do turismo rural.

Adicionalmente, vale destacar o que foi mencionado pelo representante da Associação de Municípios, quando indagado sobre o que precisaria para que as iniciativas criadas no passado tivessem continuidade. Segundo este entrevistado é fundamental promover o nivelamento de conhecimento técnico entre os atores da região. O desenvolvimento local é dificultado pela fragmentação e por interesses personalistas que prejudicam a articulação de projetos mais robustos. A falta de representatividade política e a perda do "tempo de ação" (*timing*) são as principais causas da estagnação atual (Entrevistado da Associação de Municípios, 2024).

Esse relato evidencia a frustração com a descontinuidade de iniciativas anteriormente bem-sucedidas, interrompidas por decisões políticas ou pela carência de lideranças persistentes. Simultaneamente, o cenário revela fragilidades culturais na região que demandam superação, não apenas para viabilizar o turismo rural, mas para alavancar potencialidades locais existentes.

Ao avaliar dificuldades para a obtenção de resultados no município, Stoffel *et al.* (2023) apontaram que o alcance fica comprometido por obstáculos relacionados aos limites na capacidade técnica de planejamento a longo prazo[7], aptidão para planejamento e alcance de objetivos coletivos envolvendo organizações públicas e privadas, instituições das mais diferentes áreas, que possam envolver e comprometer a população, estimulando atuação de lideranças de toda comunidade.

Neste contexto, é necessário que existam agentes que planejem, executem e deem continuidade aos projetos que estejam incluídos nos orçamentos públicos o que poderá contribuir para o crescimento dos municípios (CNM, 2017). Para isto é necessário o envolvimento de diferentes atores comprometidos com os objetivos existentes, os quais podem estar relacionados ao alcance de resultados positivos na educação, na saúde, na produção agropecuária, na destinação de resíduos sólidos, e/ou no turismo rural (CNM, 2017).

Quando os entrevistados apontam para a necessidade de que a gestão municipal olhe com mais carinho, dedicação e comprometimento para o turismo

[7]As políticas ao serem de governos não tem continuidade nas mudanças de gestão e faltam projetos intergovernamentais nas diferentes escalas de governo.

rural em Laranjeiras do Sul, corroboram o que a CNM (2017) destaca no Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. Neste documento consta a importância do turismo como vetor para o desenvolvimento dos locais sugerindo que os gestores municipais devem dar mais atenção para o setor, estimulando o desenvolvimento de produtos e destinos turísticos existentes ou a serem criados, conforme as potencialidades existentes em cada local.

Nesta direção, Laurer *et al.* (2023) apontam que o desenvolvimento regional por meio das redes turísticas promete boas expectativas em áreas que possuem potencial e contam com a colaboração entre políticas públicas e investimentos privados voltados ao fortalecimento do setor. Assim, percebe-se a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo rural e, consequentemente, do desenvolvimento rural sustentável dos municípios, alcançado por meio do fortalecimento da agricultura familiar, pelo acesso desta categoria aos programas e ao cooperativismo/associativismo para produção e comercialização dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar as potencialidades e os limites existentes no município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, em relação ao desenvolvimento do turismo rural, na perspectiva receptiva. A partir da investigação foi possível constatar que o local possui atrativos naturais (morros, lagos e cachoeiras), culturais (já foi capital do Território Federal do Iguaçu, possui etnias diversas como indígenas) e gastronômicos, que podem ser aproveitados para este tipo de turismo.

No que tange ao turismo rural no município, nota-se uma exploração limitada, restrita praticamente ao projeto das Caminhadas na Natureza. O levantamento aponta uma regressão em atrativos históricos: locais que antes ofereciam espaços turísticos como um parque aquático e um hotel fazenda, perderam seu fluxo turístico regular.

Sobre as condições do turismo receptivo, observadas no município, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, foram identificadas como limitações a falta de articulação entre as instituições, com baixo comprometimento do poder público local em relação ao estímulo para oferta de atividades turísticas, restritas suas ações em atender demandas pontuais. O turismo rural consta como uma das responsabilidades da Secretaria Municipal voltada ao Turismo, mas na atualidade não existe o Conselho Municipal de Turismo, tampouco um Fundo Turístico. A ausência destas instâncias limita a participação do município em editais e recursos que possam estimular este tipo de atividade. Um inventário turístico chegou a ser elaborado por equipe técnica da Universidade Federal da Fronteira Sul, mas ao que tudo indica não vem sendo utilizado. Portanto, para que seja possível que o turismo seja estimulado é necessário este pontapé inicial e institucional para atender às exigências legais e assim poder estruturar e apoiar ações locais.

O turismo rural é uma atividade que pode contribuir direta e indiretamente para a geração de trabalho e renda dos produtores, suas famílias e de outros negócios relacionados às demandas dos visitantes. Mas é preciso estrutura organizacional das informações e o conhecimento sobre a área. É necessário maior envolvimento do conjunto de atores capazes de atuar na sensibilização, capacitação e apoios que envolvem instituições, técnicos e sociedade organizada. De um lado está a população local desinformada sobre os potenciais e limitações desta modalidade turística,

desconhecendo os mecanismos de implantação e recursos disponíveis e de outro as propriedades rurais que poderiam oferecer serviços turísticos, desde que houvesse uma articulação e planejamento com ações, oriundas de atores como o Poder Público propondo políticas públicas favoráveis.

Os atores-chave apontaram a falta de percepção sobre as potencialidades do turismo rural por parte dos produtores rurais, mas é difícil para estes atuarem isoladamente em suas propriedades, o que poderia ser modificado se o Poder Público municipal, universidades, órgãos e entidades públicas e privadas atuassem coletiva e conjuntamente para estimular, apoiar estudos sobre a viabilidade de ofertar e disponibilizar assistência técnica para a oferta desta atividade. Os turistas não aparecem sem que exista um conjunto de atrativos divulgados para atraí-los e, neste sentido, a valorização do trabalho e da produção na pequena propriedade, o patrimônio natural e cultural e a proteção do meio ambiente, são aspectos valorizados na atualidade que existem em Laranjeiras do Sul.

Diante do exposto, verifica-se que, embora o município de Laranjeiras do Sul apresente um conjunto expressivo de potencialidades para o desenvolvimento do turismo rural, tais atributos permanecem subaproveitados em razão da fragilidade institucional, da descontinuidade de ações e da limitada atuação do poder público local. A ausência de instâncias fundamentais de governança, como o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo, associada à não utilização de instrumentos já produzidos, como o inventário turístico, evidencia lacunas operacionais e falta de priorização política da atividade. Nesse contexto, o discurso sobre o potencial turístico não se traduz em ações concretas e estruturantes, perpetuando um cenário de estagnação. Assim, mais do que reconhecer possibilidades, torna-se urgente superar a inércia institucional e promover uma articulação efetiva entre os diferentes atores sociais, sob o risco de o turismo rural permanecer como uma oportunidade reiteradamente apontada, porém, não efetivada no município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ATUNORPI - Associação Turística do Norte Pioneiro. **Paraná Turístico 2026:** Pacto para um destino inteligente. ATUNORPI, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural.** Viçosa: UFV, 1994. 715 p.

BARROS, M. O., *et al.* **O Desenvolvimento do Turismo:** Uma visão sistêmica. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitoriadeextensaoecultura/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/joice-lavandoski/planejamento-e-organizacao-em-turismo-pot/Barros%20et%20al.%202008.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro 2023.

BASTARZ, C. **Caminhadas na natureza no Paraná:** a rede de relações sociais na formação de mercados para a agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BASTARZ, C.; SOUZA, M. Redes de relaciones Sociales en una modalidade de turismo rural en el território del Vale do Ivaí, Paraná, Brasil. 2023. **Turismo y Sociedad,** XXXII, 271-299.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim-SC.** Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade.** Campinas v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo rural: o Brasil. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural:** orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL. Disponível em: <https://cmls.pr.gov.br/camara.php>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CONDETEC-Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Território Cantuquiriguaçu Paraná Estratégia para o Desenvolvimento II.** Condetec, Laranjeiras do Sul, 2009.

CNM - Confederação Nacional De Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros** – Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017.

CONTRERAS, A. L. G.; RIQUELME, P.C.M.; SEPÚLVEDA, A.R.E. De la agricultura tradicional al turismo rural: Carahue, Chile. **Mundo Agrário**, agosto-noviembre 2023, vol. 24, núm. 56. Universidad Nacional de la Plata. https://doi.org/10.24215/15155994e216

CONTRERAS, D.J.; BENÍTEZ, C.A.U; AGUILAR-GÓMEZ, C. R. Diagnóstico turístico de San Miguel Ixtapan Tejupilco, México): oportunidades y deafios para el desarrollo del turismo rural. **Revista Turismo y Sociedad**. XXXVII, p. 203-226, julio-diciembre 2025. DOI:https://doi.org/10.18601/01207555.n37.08.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. "Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/possibilidad

es%20e%20alternativas%20do%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf>. Acesso em 18 de julho de2023. DOI:https://doi.org/10.18601/01207555.n37.08.

CUNHA, L. **Avaliação do Potencial Turístico**. Journal of Tourism Studies, Vol. 1, n.1, p. 21-40, 2008. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/384/1/artigo_liciniocunha.pdf > Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

FAGUNDES, M. B. B., SCHMIDT, V., CENTURIÃO, D. A. S. Identificação das variáveis de SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico e o desenvolvimento local: Corumbá-MS. Informe Gepec, Toledo, v. 17, n. 1, p. 6-22, 2013. DOI: https://doi.org/10.48075/igepec.v17i1.7091

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes.** Cadernos Paraná da Gente, n5, 342p. Curitiba 2006.

FERREIRA, W. C., SILVA, N. L. S., COLTRE, S. M., ARAÚJO, T. V. Eficácia das Políticas Públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Paraná. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 38-56, 2016. https://doi.org/10.48075/igepec.v20i2.15329

FUCKS, Patrícia Marasca. **Turismo, agricultura e patrimônio: São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: FACOS, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 5, n. 1, 2004.

GONÇALVES, L. R. F. **O processo de desenvolvimento sob ótica do turismo:** o caso do território Centro-Sul do Paraná. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Minas Gerais, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2022. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/Q> Acesso em out. 2024.

IDR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. 2023. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Caminhadas-na-natureza-injetaram-mais-de-R-1-milhao-nas-economias-locais-em-2023>. Acesso em 08 de maio de 2024.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2a Edição. São Paulo: Thomson, 2003.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assentamentos Brasil 2024. disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos> Acesso em nov. 2024.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Perfil dos municípios. 2024. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=101&btOk=ok . Acesso em 08 de março de 2024.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil dos municípios. 2026. https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-Municipios. Acesso em 28 março 2026.

JORNAL CORREIO DO POVO. Laranjeiras do Sul 76 anos: seu passado inspira um futuro promissor, 2022. Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br/coluna/editorial/laranjeiras-do-sul-76-anos-seu-passado-inspira-um-futuro-promissor/>. Acesso em 11 de junho de 2024.

KASPER, Alice Karen. Índice de Desenvolvimento Sustentável do município de Laranjeiras do Sul/PR. Universidade Federal da Fronteira Sul. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, 2021. Disponível em https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5721/1/KASPER.pdf. Aceso em 28 de março de 2026.

KRAHL, M. F. L. **Turismo Rural:** conceituação e características básicas. Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/UnB, 2003: 30.

LACAY, M. C. **Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas Rotas do pinhão, região metropolitana de Curitiba:** Convergências e conflitos das políticas públicas. Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR – PPGGEOGRAFIA, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

LARANJEIRAS DO SUL, 2022. Disponível em: <https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/publicacao/[1687435580].pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2024.

LAURER, Sendi, *et al.* Desenvolvimento Regional através das Redes Turísticas: região Fronteira Noroeste. **Informe GEPEC**, ISSN: 1679-415X, Toledo, v. 27, n.2, p.244-261, 2023. https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31105

LENGLER, Letícia; LAGO, Adriano; ARRUDA CORONEL, Daniel. A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 9, núm. 2, 2007, pp. 151-163. Disponível: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890201>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

LIMA FILHO, D. O. *et al.* O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil. Turismo – Visão e Ação, vol. 9, n. 1, p. 69-81, 2007. ISSN: 1983-7151. Doi: 10.14210/rtva.v9n1.p69-82

MELLO, R. L.; DIAS, N.W. **Agricultura familiar: sustentabilidade social e ambiental.** Agricultura Familiar Sustentabilidade Social e Ambiental. In: VIII Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação, 2008, São José dos Campos. Anais do VIII Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/medidas-tomadas-em-respostas-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

MIRANDA JÚNIOR, Lírio Martins de; SILVA, Ângelo Magalhães da. Capacidades Estatais para Política de Turismo no Polo Costa Branca – RN. **Informe GEPEC**, ISSN: 1679-415X, Toledo, v. 27, n.2, p.366-388, 2023. https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31126

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

OLIVEIRA, C. G. S. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasilia-DF. 2002.

OMT - Organização Mundial Do Turismo. **UNWTO Annual Report 2014**. Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em: <http://dtxtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_annual_report_2014.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PARANÁ - Agência Estadual de Notícias, 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Coopera-Parana-Governo-publica-edital-de-R-315-milhoes-para-apoiar-agricultura-familiar>. Acesso em 08 de maio de 2024.

PARANÁ- Secretaria de Turismo. Serviço Social Autônomo Viaje Paraná, 2024. Disponível em: https://www.viajeparana.com/Laranjeiras-do-Sul . Acesso em 21 de julho de 2023.

PARRA, C. S.; SILVA, C. P.; CHEHADE, M. B. Agroturismo como fonte de renda para pequenos agricultores. **Revista Científica Eletrônica Turismo**, ano 3, n. 5, p. 1-7, jun. 2006.

PELLIN, Valdinho. O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: o caso do município de Rio dos Cedros -SC. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, núm. 1, 2005, pp. 31-38. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416150005.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2024.

PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>Acesso em out. 2024.

PRIORI, A., POMARI, L. R., AMÂNCIO, S. M., IPÓLITO, V. K. O território Federal do Iguaçu. Maringá: **Eduem**, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2024.

RAMOS, Ivan. Economia e meio ambiente: valoração de atrações turísticas naturais no município de Laranjeiras do Sul/PR. Universidade Federal da Fronteira Sul. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação. Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, Paraná. 2020.

RIVA, G.; BERTOLINI, G. R. F. Perspectiva do Turismo Rural como Alternativa de Renda para Agricultura Familiar Análise de Trabalhos Científicos. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n 38, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4319>. Acesso em: 16 de março de 2023. **DOI:** https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.197-227

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-73.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria dei Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SÁNCHEZ-SÁNCHEZ, F.J.; SÁNCHEZ-SÁNCHEZ, A.M. Medición de la eficiência laboral del turismo rural sostenible em espacios naturales protegidos de España. **Investigaciones Turísticas.** 2021 (22), p. 200-230. https://doi.org/10.14198/INTURI2021.22.9

STOFFEL, Janete; BATISTA, Camila L. R.; CAMARGO, Juliana Bento de; SCHARDOSIN, Fernando Zatt; COSTA, Tiago da. Objetivos de desenvolvimento sustentável e cidades inteligentes: um estudo de caso do município de Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil. Colóquio – **Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat** - Taquara/RS - v. 20, n. 4, 2023. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3139>. Acesso em 10 de maio de 2024.

TOMPOROSKI, A. A. Turismo como estratégia para desenvolvimento territorial do Contestado: o caso exemplar do território Castilha-La Mancha. **Informe Gepec**, v. 20, n. 2, p. 28-37, 2016. DOI: https://doi.org/10.48075/igepec.v20i2.15528

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1990. 175p.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Editora Manole, 2010.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia livre, 2022. Disponível em: <**https://pt.wikipedia.org/wiki/Laranjeiras_do_Sul** >. Acesso em 02 de dezembro de 2022.

Recebido em 08/08/2025.
Aceito em 30/06/2026.